

CONSUMO PRODUTIVO AGRÍCOLA NAS CIDADES DO AGRONEGÓCIO DO MATO GROSSO

AGRICULTURAL PRODUCTIVE CONSUMPTION IN AGRIBUSINESS CITIES OF MATO GROSSO


CONSUMO PRODUCTIVO AGRÍCOLA EN LAS CIDADES DEL AGRONEGÓCIO DE MATO GROSSO

// RESUMO

As cidades do agronegócio são os principais nós do consumo produtivo agrícola no Mato Grosso, ofertando especializada e diversificada gama de bens e serviços, como máquinas, equipamentos, consultorias, assistência técnica, implementos e insumos agrícolas. Os principais agentes desse mercado são as grandes corporações que fazem desses centros laboratórios de seus experimentos, impondo um receituário técnico e político no local. Entretanto, as cidades do agronegócio se apresentam diferenciadas. Há algumas mais voltadas ao suporte da produção da bovinocultura e de grãos, e aquelas que poderíamos chamar de cidades do agronegócio completas, como Sorriso, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Primavera do Leste, pois atendem a múltiplas cadeias produtivas. Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo identificar e analisar os papéis das cidades do agronegócio de Mato Grosso a partir do consumo produtivo agrícola. A pesquisa foi realizada com base em revisão da noção de cidade do agronegócio, dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (MTE, 2022); da publicação “Regiões de influência das Cidades” (IBGE, 2020a; 2020b); levantamento de informações em sites de dezenas de empresas e trabalho de campo.

Palavras-chave: cidades do agronegócio; rede urbana; grandes corporações.

AUTOR

¹ Reges Sodré 

FILIAÇÃO INSTITUCIONAL

¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

E-MAIL

regessodre@gmail.com

DATA DE SUBMISSÃO: 13/08/24

DATA DE APROVAÇÃO: 07/05/26

DOI: 10.12957/GEOUERJ.2026.86533



E-ISSN 1981-9021

ESTE É UM ARTIGO DE ACESSO ABERTO DISTRIBUÍDO SOB OS TERMOS DA LICENÇA CREATIVECOMMONS BY-NC-SA 4.0, QUE PERMITE USO, DISTRIBUIÇÃO E REPRODUÇÃO PARA FINS NÃO COMERCIAIS, COM A CITAÇÃO DOS AUTORES E DA FONTE ORIGINAL E SOB A MESMA LICENÇA.

// ABSTRACT

Agribusiness cities are the main bonds of agricultural productive consumption in Mato Grosso, offering a diversified and specialized scale of goods and services such as machines, equipment, consultations, technical assistance, implements, and agricultural supplies. The predominant agents of that market are the biggest corporations making laboratories of their experiments in those centers and imposing technical and political prescriptions in those places. However, agribusiness cities are different. There are others related to the production of cattle farming and beans support and those, we can call, the complete agribusiness cities such as Sorriso, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, and Primavera do Leste because they attend to multiple productive chains. Considering this, the purpose of this study is to identify and analyze the functions of agribusiness cities of Mato Grosso, starting with the agricultural productive consumption. This investigation was carried out based on a revision of the notion of agribusiness cities, data from *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)* (MTE, 2022), “*Regiões de influência das Cidades*” (IBGE, 2020a; 2020b) publication, information gathered from the sites of dozens of companies and fieldwork.

Keywords: agribusiness cities, urban network; large corporations.

// RESUMEN

Las ciudades del agronegocio son los principales lazos del consumo productivo agrícola en Mato Grosso, ofreciendo una gama diversificada y especializada de bienes y servicios como máquinas, equipos, consultorias, asistencia técnica, implementos e insumos agrícolas. Los principales agentes de esse mercado son las grandes corporaciones que hacen de esos centros, laboratorios de sus experimentos, imponiendo un manual técnico y político en el lugar. Sin embargo, las ciudades del agronegocio son diferentes. Hay algunas relacionadas con el soporte a la producción de bovinocultura y de granos y aquellas que podríamos llamar de ciudades completas del agronegocio como Sorriso, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde y Primavera do Leste, ya que atienden a múltiples cadenas productivas. Frente a eso, el presente trabajo tiene por objetivo identificar y analizar las funciones de las ciudades del agronegocio de Mato Grosso a partir del consumo productivo agrícola. Esta investigación fue realizada con base en la revisión de la noción de la ciudad del agronegocio, datos de la *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)* (MTE, 2022), de la publicación “*Regiões de influência das Cidades*” (IBGE, 2020a; 2020b), recopilación de informaciones de sítios web de decenas de empresas y trabajo de campo.

Palabra Clave: ciudades del agronegocio; red urbana; grandes corporaciones.

INTRODUÇÃO

O debate em torno da noção de “cidade do agronegócio” surge quando Elias (2006a) cunha essa expressão inspirada na discussão iniciada por Santos (1993) sobre as cidades do campo e no campo. Desde então, autores importantes assumiram o termo, como Frederico (2011), e dezenas de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses foram escritos na tentativa de validar empiricamente essa noção. Passados quase vinte anos de seu surgimento, o debate se encontra mais denso, complexo e, não raramente, ambíguo.

Os dilemas desse debate podem ser observados a partir do Mato Grosso, o maior produtor de grãos do Brasil. No senso comum regional, notado em conversas cotidianas e nos jornais, desde que um município tenha produção de grãos, sua sede já passa a ser conhecida como “cidade do agronegócio”. Já na produção acadêmica, há três principais abordagens: a primeira toma como cidades do agronegócio aquelas situadas no eixo da BR-163 (Gabrig, 2016); a segunda, que classifica cidades de distintos portes e papéis como cidades do agronegócio (Araújo; Boaventura, 2020; Faria *et al.*, 2023; Carmo; Alves, 2024); e a terceira, que contesta os usos do conceito no Mato Grosso (Fioravanti, 2018; Dentz, 2018).

A perspectiva defendida por Fioravanti (2018) e Dentz (2018) tem o papel de alertar para o fato de que não é unicamente a atividade do agronegócio que promove o crescimento das cidades mato-grossenses, inclusive daquelas mais diretamente identificadas com esse setor. A urbanização constitui uma dinâmica própria, irreduzível ao agronegócio, como o mercado imobiliário e fundiário. A fronteira não é somente agrícola, mas também urbana (Becker, 1990).

Interessa-nos, sobretudo, as duas primeiras abordagens. De um lado, porque pensar as cidades do agronegócio apenas a partir da sua área mais dinâmica (região da BR-163) não oferece uma visão completa desse tipo de centro no Mato Grosso e envolve a renúncia a entender os distintos papéis que elas cumprem na divisão territorial do trabalho. Por outro lado, a segunda abordagem enfraquece o conceito de cidade do agronegócio, aproximando-o do senso comum.

O caminho de ambas as perspectivas corre o risco de negligenciar a crescente diferenciação do segmento da rede urbana do Mato Grosso, como notou Sodré (2023).

Dessa forma, o presente trabalho propõe a identificação e análise dos papéis das cidades do agronegócio do Mato Grosso a partir do consumo produtivo agrícola. Para isso, inicialmente, revisitamos a noção de cidade do agronegócio e de consumo produtivo agrícola em Elias (2006a, 2006b, 2009, 2016a, 2020, 2022a, 2022b) e Santos (1993). Esse referencial nos ofereceu os critérios metodológicos para delimitar as cidades estudadas.

Consideramos que as cidades do agronegócio não poderiam ser cidades médias nem metropolitanas (Elias, 2016a, 2017a, 2020). Dessa forma, foram excluídas as cidades de Cuiabá, Rondonópolis, Sinop, Tangará da Serra e Barra do Garças (Sodré, 2023). O primeiro critério usado para classificação foi o de que as cidades do agronegócio deveriam ter centralidade interurbana (Elias, 2011, 2022c). Nesse aspecto, ponderamos o limiar de influência sobre, pelo menos, três municípios no segmento do consumo produtivo agrícola, conforme dados do IBGE (2020b).

O segundo critério tem relação com a prevalência do setor do agronegócio em relação aos demais setores (2006a, 2022c). Entendemos que, nesse aspecto, não poderíamos usar um critério homogêneo para todas as cidades, dada a diferenciação entre aquelas relacionadas à agricultura de grãos e à pecuária. Para o primeiro tipo, estabelecemos que a soma dos PIBs industrial e agropecuário deveria ser superior ao do setor de serviços. Para o segundo, o PIB desses dois setores deveria equivaler a mais de dois terços do PIB de serviços.

A dinâmica populacional foi o terceiro critério (Elias, 2022c), que levou também em consideração os dois tipos de cidades do agronegócio anteriormente mencionados. Aquelas mais relacionadas às atividades agrícolas deveriam apresentar um crescimento populacional geométrico acima de 2%, no último período intercensitário (2010-2022), acima da média estadual que foi de 1,57% (IBGE, 2024). Em relação às cidades mais ligadas à pecuária, o crescimento populacional poderia estar abaixo da média estadual, desde que seus municípios apresentassem crescimento geométrico positivo, estivessem entre os cinco maiores rebanhos bovinos do estado e atendessem aos dois critérios anteriores.

Definimos como variáveis do consumo produtivo agrícola o comércio e os serviços de máquinas, implementos e insumos agrícolas (Elias, 2020, 2022c). Os indicadores utilizados foram a quantidade de estabelecimentos desses setores por cidade, fornecidos pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2022). Para aferir um nível de desagregação detalhado, utilizamos as subclasses da Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.2 - CNAE (IBGE, 2015).

A RAIS/MTE (2022) identificou 1027 tipos de atividades na categoria subclasse em Mato Grosso. Desses, escolhemos trabalhar com 14 atividades, detalhadas ao longo do texto. As informações foram complementadas por trabalho de campo realizado em 2023 e 2024 nas cidades de Lucas do Rio Verde, Sorriso, Primavera do Leste, Campo Verde, Sapezal e Campo Novo do Parecis. Fizemos buscas no *Street View*, em *sites* de dezenas de empresas agrícolas, jornais e revistas de circulação regional.

O trabalho está organizado, além desta introdução, em cinco seções: na primeira, fizemos uma revisão da noção de cidade do agronegócio; na segunda, apresentamos uma caracterização populacional e econômica das cidades do agronegócio; na terceira, quarta e quinta seções, analisamos, respectivamente, o comércio e os serviços de máquinas e implementos, a comercialização e a produção de insumos agrícolas.

AS CIDADES DO AGRONEGÓCIO E O CONSUMO PRODUTIVO AGRÍCOLA

No início da década de 1990, ao analisar a urbanização brasileira a partir dos nexos estimulados por lógicas da globalização e do meio técnico-científico-informacional, Santos (1993) observa que estava em curso uma intensa modernização da agricultura, cuja regulação se dava na cidade, a qual se adaptava às demandas do campo. Nesse contexto, a *cidade no campo*, que atendia prevalentemente ao consumo consumptivo e à vida de relações locais, transforma-se na *cidade do campo*, doravante passando a servir às demandas de consumo produtivo agrícola e estabelecendo interações espaciais globais.

Elias (2006a, 2018[2003]), uma década depois da elaboração de Santos (1993), observa que as cidades do campo estavam sendo transformadas por um tipo específico de atividade

econômica: aquelas ligadas ao agronegócio globalizado, especialmente às monoculturas de grãos, cana-de-açúcar e fruticultura. Dessa forma, a autora prefere substituir a noção de cidade do campo por cidade do agronegócio, “para melhor explicitar a quais agentes e interesses a produção dessas cidades se associa, buscando melhor consolidar conceitualmente essa noção” (Elias, 2022a, p. 122).

Segundo Elias (2006a, p. 13), “a cidade do agronegócio é aquela cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções”. Essas demandas estão diretamente associadas ao consumo produtivo agrícola, que envolve o comércio de sementes geneticamente modificadas, fertilizantes, máquinas e insumos agrícolas; centros de pesquisa em biotecnologia, serviços de *marketing*, consultoria contábil, transporte, engenharia genética, veterinária, agronomia e meteorologia (Elias, 2006a).

Esse mercado e a agroindústria a ele relacionada, geralmente, são comandados por grandes corporações multinacionais que atuam também na financeirização da produção e do consumo. Dessa forma, a articulação de escalas geográficas se torna uma condição essencial para compreender as cidades do agronegócio e o consumo produtivo agrícola (Elias, 2017a, 2020). À medida que esses centros são incorporados aos circuitos do agronegócio globalizado, estabelecem interações espaciais interescares. A estrutura da rede urbana na qual estão inseridos se modifica, combinando cada vez mais relações hierárquicas e heterárquicas, continuidade e descontinuidade, horizontalidades e verticalidades.

Contudo, “não é porque existam comércios ou serviços voltados ao agronegócio que teríamos o que entendemos por cidade do agronegócio. Uma série de processos, variáveis e indicadores precisam estar colocados” (Elias, 2016a, p. 219). Esses fatores envolvem, por exemplo, um crescimento urbano diretamente relacionado à expansão do agronegócio que promove, de um lado, a expropriação no campo, levando ao êxodo rural para a cidade, e, de outro, a atração de migração de profissionais qualificados de metrópoles e cidades médias (Elias, 2016a). Ou seja, o consumo produtivo agrícola deve ser capaz de intensificar e expressar o processo de urbanização.

Um segundo elemento que consideramos fundamental é o fato de que essas cidades “devem ser estudadas a partir de suas interações com os espaços agrícola e regional” (Elias, 2022c, p. 146). Simultaneamente, “elas constituem nós da rede de cidades associadas ao agronegócio globalizado, que reúne de cidades pequenas a metrópoles regionais e globais” (Elias, 2022c, p. 146). Elas precisam constituir uma centralidade nas Regiões Produtivas do Agronegócio (RPAs) para serem consideradas uma cidade do agronegócio (Elias, 2011).

Como defendeu Sodré (2022), levar a sério esse critério evita a utilização expansiva do conceito, o que o enfraqueceria. Há, no caso por ele estudado, o segmento de rede urbana do Tocantins, um conjunto de cidades que está claramente conexo ao agronegócio globalizado, mas que não apresentou nem alteração significativa no processo de urbanização, observado no crescimento da população da cidade, nem foi capaz de polarizar uma região agrícola e tornar-se um “centro urbano que organiza esse espaço”, como defende Elias (2011, p. 162), para as cidades do agronegócio.

Essa organização do espaço ocorre via consumo produtivo agrícola, que se destaca nesses centros a ponto de que eles se tornem, em muitos casos, as principais centralidades na oferta de bens, serviços agrícolas e produção agroindustrial das Regiões Produtivas do Agronegócio (RPA) nas quais estão inseridos (Elias, 2016a). Embora, frequentemente, os principais centros de gestão dessas regiões sejam as cidades médias, que estão “em estágio mais avançado de urbanização da sociedade e do território” (Elias, 2016a, p. 218), ofertando, além do consumo produtivo, uma ampla gama de serviços relacionados à saúde, educação e lazer.

As cidades do agronegócio e as cidades médias não são estáticas, mas sujeitas ao dinamismo da urbanização, que pode fazer com que ascendam ou entrem em declínio na rede urbana. Assim, “muitas vezes o que entendemos hoje como uma cidade do agronegócio não o seja mais daqui a dez anos” (Elias, 2016a, p. 219). O que “não significa também que tal setor não possa continuar tendo peso na economia da cidade, mesmo que deixe de ter hegemonia” (Elias, 2016a, p. 219).

Dessa forma, é comum que cidades do agronegócio se transformem em cidades médias e, igualmente, que estas possam se tornar cidades do agronegócio, desde que haja alteração na

sua dinâmica de urbanização, a qual passa a ser orientada hegemonicamente pelas atividades agrícolas, resultando em perda de diversificação e complexidade. O fato de uma cidade média desenvolver-se a partir do agronegócio globalizado e ainda manter forte ligação com ele não a define necessariamente como uma cidade do agronegócio.

Essa diferenciação entre cidades médias e do agronegócio aparece de forma direta em pelo menos quatro trabalhos de Elias (2016a, 2017b, 2017c, 2020). No entanto, em alguns textos, como Elias (2006b) e Elias e Pequeno (2007), os limites conceituais são diluídos. Segundo a autora, a então noção de cidade do campo poderia ser usada “para classificar algumas das cidades, locais e médias do Brasil” (Elias, 2006b, p. 294). Mais recentemente, Elias (2022a, 2022c) parece ter retomado essa ideia ao incluir no rol de cidades do agronegócio centros como Dourados e Uberlândia, tradicionalmente classificadas como cidades médias, inclusive pela própria Elias (2009, 2015a).

Sposito *et al.* (2007) caminham no sentido de reafirmar a especificidade das cidades médias, reconhecendo o agronegócio como um dos eixos de dinamização de vários desses centros, mas não tendo necessariamente um papel prevacente em relação aos outros setores da economia. Corrêa (2017, p. 30-31) aponta para a existência de especialização funcional nesses centros, mas adverte para o fato de que “o desenvolvimento de um complexo agroindustrial ampliou” o “papel das cidades, introduzindo-o como uma das características das cidades médias, ainda que não necessária para assim defini-las”. Para ele, três elementos devem ser considerados na construção de um conceito de cidade média: a presença de uma elite empreendedora, a localização relativa e as interações espaciais (Corrêa, 2007).

De nossa parte, preferimos manter a diferenciação entre cidade média e cidade do agronegócio, pois nos parece fundamental valorizar os esforços de construção conceitual de ambas as noções e reconhecer realidades que são efetivamente distintas. Além das diferenças já mencionadas, vale notar que essas cidades cumprem papéis diferentes na divisão do trabalho de dominação das elites do agronegócio. As cidades do agronegócio são o terreno privilegiado da dominação material e econômica, por meio, por exemplo, do consumo produtivo. Aí, há um estreitamento da violência física e simbólica (Bourdieu, 2014) para o exercício da dominação.

Sem isso, esses centros não poderiam ser vendidos como “cidades vitrines”, para usar a expressão de Fioravanti (2017).

As cidades médias são os espaços privilegiados a partir dos quais se realiza a dominação política, simbólica e cultural do espaço regional. Nelas se situa a elite intelectual do agronegócio, inserida em universidades, órgãos públicos e faculdades que, muito mais do que realizar pesquisas, são centros a partir dos quais se difundem e se legitimam os interesses do agronegócio. São nessas cidades que estão situados os principais jornais da região que, parafraseando Souza (2017), são a verdadeira boca da elite regional do agronegócio. Além disso, nesses centros estão localizadas as principais feiras comerciais do setor, já que possuem maior capacidade de receber um grande número de visitantes de forma temporária.

As cidades do agronegócio são espaços de intensa mobilidade de força de trabalho, do grande capital e dos *fronts* de expropriação de terras nas áreas rurais de seus municípios. Nelas, a paisagem do consumo produtivo do agronegócio é muito mais visível do que nas cidades médias. O controle da força de trabalho se realiza de forma direta e por vias violentas, não raramente por relações de escravidão. Nesses locais, há amplo uso da força policial, como mostra Fioravanti (2017), para expulsar trabalhadores em situação de rua e moradores indesejados, com destino às cidades vizinhas, o que não é visto nas cidades médias com a mesma intensidade. Pelo próprio tamanho e papéis, essas cidades tendem a acomodar melhor as diferenças e comportar dissidências.

Portanto, especialmente em um estado como o Mato Grosso, onde, no senso comum, no ambiente escolar e, às vezes, até no espaço acadêmico, tudo se transforma em cidade do agronegócio, é necessário valorizar essas distinções conceituais. De um lado, isso nos permitirá entender os distintos papéis que os centros exercem no segmento de rede urbana estadual. De outro, reconhecer que a especificidade dos tipos de cidade na rede urbana ilumina a compreensão de como atuam as elites, que utilizam os centros urbanos como verdadeiros dispositivos de dominação e governo das condutas.

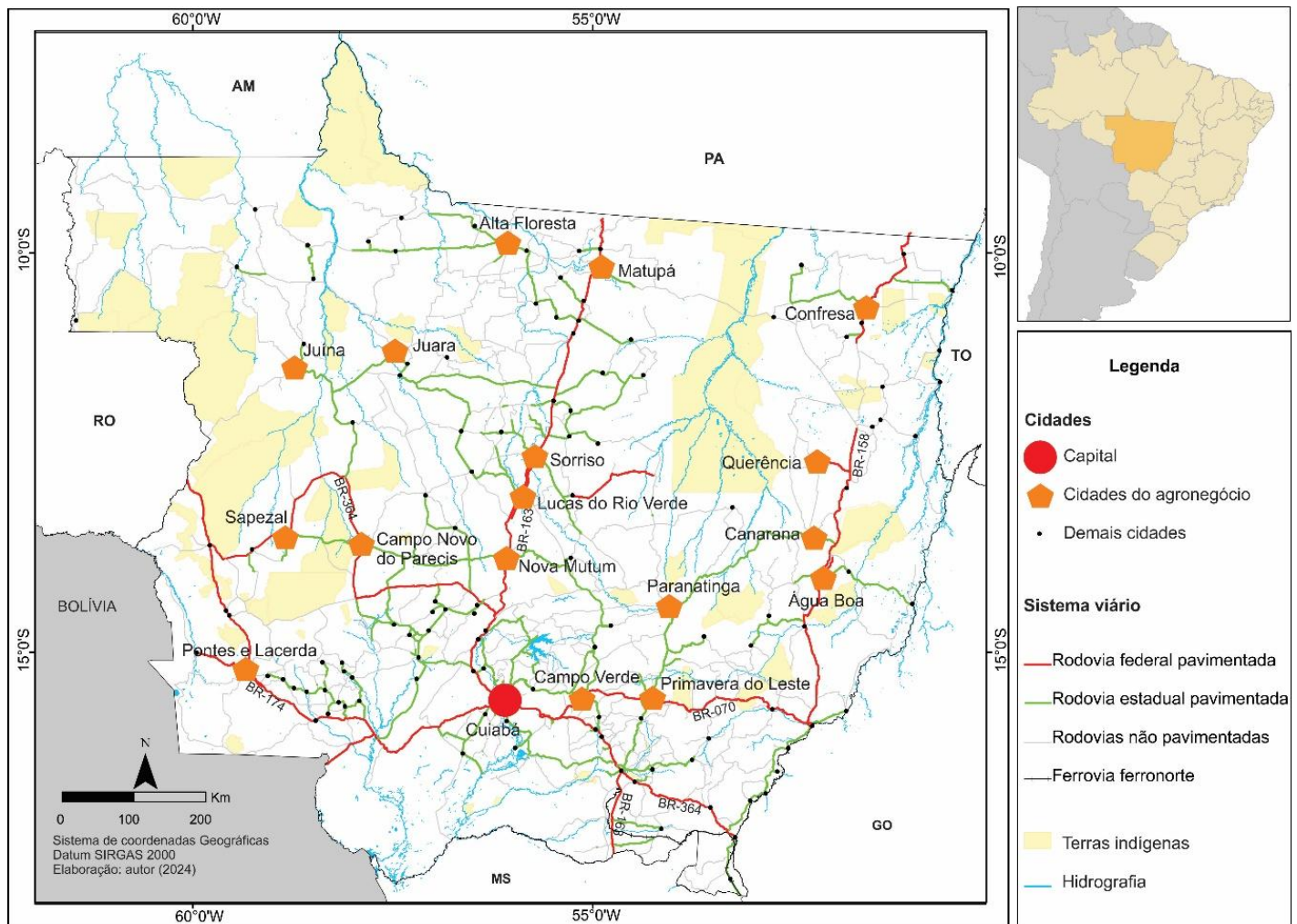
DINÂMICA POPULACIONAL E SOCIOECONÔMICA DAS CIDADES DO AGRONEGÓCIO

Com base nos critérios descritos na introdução, entendemos que em Mato Grosso há 17 cidades do agronegócio, sendo elas: Lucas do Rio Verde, Campo Verde, Sorriso, Primavera do Leste, Campo Novo do Parecis, Pontes e Lacerda, Sapezal, Juína, Juara, Alta Floresta, Matupá, Paranatinga, Canarana, Confresa, Querência, Água Boa e Nova Mutum (vide Figura 1). Ressaltamos que a cidade de Diamantino possui várias e grandes empresas que oferecem consumo produtivo agrícola, mas seu crescimento populacional foi de apenas 0,63% entre 2010 e 2022. Já cidades como Campos de Júlio, Ipiranga do Norte e Itanhangá, apesar do forte crescimento demográfico, ainda não incorporaram capacidade de oferta de consumo produtivo agrícola para os municípios ao redor.

Como podemos observar na Figura 1, as cidades do agronegócio estão espalhadas por todas as regiões do Mato Grosso. No entanto, estão concentradas em quatro sub-regiões principais: a primeira, ao longo da BR-163, que Bernardes (2007) chamou de “área concentrada da soja”; a segunda acompanha a área de influência da BR-158, no médio vale do Araguaia; a terceira, no sudeste do estado, no alto curso do rio das Mortes; e a quarta, na chapada dos Parecis e no médio curso dos rios Juruena e Arinos, na porção oeste. Localizada a 1049 km da capital, Confresa é a mais distante, enquanto Campo Verde é a mais próxima, com apenas 141 km de distância.

Os municípios com cidades do agronegócio surgiram recentemente no espaço mato-grossense. Cinco se emanciparam em 1979, nove foram criados na década de oitenta e três nos anos de 1990 (IBGE, 2012). Azevedo (2006, p. 143) apresenta a hipótese de que a criação dos novos municípios decorre “do processo de ocupação intensificado no início da década de 1970, e o desenvolvimento das estruturas produtivas ligadas ao agronegócio”, que criaram novas lideranças políticas.

Figura 1. Situação geográfica das cidades do agronegócio de Mato Grosso (2024)



Fonte: Sinfra (2023).

São municípios que já nascem com o território ocupado por atividades do agronegócio. As cidades servem, por um lado, para organizar a produção, a força de trabalho e a circulação das mercadorias do setor; e, por outro lado, funcionam como dispositivos por meio dos quais as elites disputam recursos estaduais e federais para suas atividades e promovem o imaginário do agronegócio na região. Frequentemente, essa participação política ocorre de forma direta, com a eleição de candidatos para os cargos no executivo e legislativo municipal, estadual e federal.

Cerca de 11 dos 17 municípios com cidades do agronegócio apresentaram crescimento populacional superior ao acumulado estadual, que foi de 80,48% entre 1991 e 2022. Destaca-se no percentual de crescimento acumulado Lucas do Rio Verde, com 1.152,02%, passando de um pouco mais de 6,5 mil habitantes em 1991 para 83,7 mil em 2022. Em seguida, aparecem

Nova Mutum, com 907,56%, Campo Verde com 646,19% e Campo Novo do Parecis com 627,29%, os quais incorporaram juntos uma população de 128,4 mil pessoas.

Alguns dos municípios apresentaram crescimento abaixo da média estadual e, no caso de Alta Floresta, perda de população no período; isso ocorreu, ao menos em parte, devido aos desmembramentos territoriais. De Alta Floresta surgiram os municípios de Nova Bandeirantes e Carlinda; de Pontes e Lacerda se emanciparam Conquista D'Oeste e Vale de São Domingos. Água Boa perdeu o distrito de Nova Nazaré e Paranatinga deu origem ao município de Gaúcha do Norte.

Outro aspecto que explica o crescimento populacional diferencial desses municípios é o tipo de agronegócio a que estão vinculados. Municípios relacionados à pecuária de corte têm uma dinâmica de crescimento inferior aos associados aos grãos (soja, milho e algodão). Juara, Juína e Alta Floresta, por exemplo, estavam em 2022 entre os cinco maiores produtores de bovinos do estado, somando juntos 2,7 milhões de cabeças (IBGE, 2022a). Em contraste, os municípios de Sorriso, Sapezal, Nova Mutum e Campo Novo do Parecis, em 2022, produziram juntos 6 milhões de toneladas de soja (IBGE, 2022b).

O crescimento da população urbana nos 17 municípios no mesmo período, de 1991 a 2022, foi de 335,12%, acima do estadual, que foi de 112,55%. Por outro lado, esses municípios conheceram um pequeno esvaziamento do campo, já que perderam cerca de 8,65% de sua população rural, enquanto na média estadual a perda foi de 7,38%. Isso significa que o crescimento populacional desses municípios e sua urbanização se deve, sobretudo, à migração, com destaque para sulistas e nordestinos. Dos residentes no estado, 350 mil nasceram no Sul e 302 mil no Nordeste, ou seja, 18% da população estadual tem origem nessas regiões (IBGE, 2022c).

A força do agronegócio nos municípios estudados pode ser observada também no percentual do Produto Interno Bruto (PIB) do setor agropecuário. Se levarmos em consideração o conjunto dos 17 municípios, em 2021, esse setor participou com 41,95% da renda municipal, acima da média estadual que foi de 34,23% (IBGE, 2023). Em nove deles, o setor ocupa a primeira posição, com destaque para Campo Novo do Parecis (56,64%), Canarana (53,79%),

Paranatinga (52,86%), Querência (51,87) e Sapezal (71,71%). Os maiores valores absolutos estão em Sapezal com R\$ 5 bilhões, Sorriso com 4,2 bilhões e em Campo Novo do Parecis com R\$ 3,9 bilhões.

Ainda segundo os dados do IBGE (2023), o PIB do setor industrial dos municípios com cidades do agronegócio, em grande parte associado ao processamento de produtos agrícolas, teve uma participação de 12,02%, ligeiramente abaixo da média estadual, que foi de 13,79%. Acima dessas médias ficaram os municípios de Alta Floresta (15,72%), Lucas do Rio Verde (21,57%), Nova Mutum (16,51%) e Pontes e Lacerda (31,56%). Todavia, Lucas do Rio Verde, com R\$ 1,4 bilhões, e Sorriso, com R\$ 1,6 bilhões, são os municípios mais industrializados, juntos representando 36,35% do PIB industrial das cidades do agronegócio.

Esse crescimento econômico, ao contrário do que comumente se difunde, não é produto do esforço e destemor de produtores rurais, sendo sustentado sobre forte investimento público. Os dados de crédito rural de 2024 (Brasil, 2025) mostram que no âmbito do custeio, os municípios com cidades do agronegócio receberam 6 bilhões de reais, o que representa 30,14% do valor destinado ao Mato Grosso. Em termos de investimento, foram destinados 3 bilhões, 28,87% do percentual estadual; na indústria e no comércio, os percentuais ficaram em 34,93% (R\$ 391.750.039,00) e 22,82% (R\$ 1.213.697.366,94), respectivamente.

Tal dinâmica populacional e econômica, orientada pelo investimento do Estado, tem refletido no mercado de trabalho, que tanto cresce acima da média do estado, como tem nos setores da indústria de transformação e da agropecuária relevantes setores empregadores. Entre 2002 e 2022, o número de ocupações formais no Mato Grosso apresentou um crescimento acumulado de 172,96%, enquanto os 17 municípios aqui considerados aumentaram, em média, 345,67% sua força de trabalho. Apenas dois, Alta Floresta (115,33%) e Paranatinga (112,47%), tiveram crescimento menor que o estadual e o das próprias cidades do agronegócio (MTE, 2002, 2022).

Nas cidades do agronegócio, em 2022, os setores que mais geraram emprego foram o comércio (28,72%), serviços (23,38%), agropecuária (20,28%) e a indústria de transformação (15,03%). Esses dois últimos, diretamente relacionados ao agronegócio, respondem, portanto,

por 35,31% dos empregos gerados. O desempenho desses setores está acima da média estadual, que é de 26,76%, sendo 12,08% para a indústria de transformação e 14,68% para o ramo agropecuário (MTE, 2023).

Em números absolutos, na indústria de transformação, os maiores empregadores são Lucas do Rio Verde (7.609), Sorriso (6.070), Nova Mutum (5.020) e Primavera do Leste (3.836). No total, esse setor gerou 36.619 postos de trabalho formais em 2022 nas cidades do agronegócio. Já o setor agropecuário tinha 49.104 empregos formais no mesmo ano, concentrados em Sapezal (6.956), Campo Novo do Parecis (6.112), Sorriso (5.031), Primavera do Leste (4.583), Nova Mutum (3.976) e Lucas do Rio Verde (3.291) (MTE, 2022).

Esses números são frequentemente usados no discurso de valorização do agronegócio como prova de sucesso e das oportunidades que o setor oferece. Entretanto, é necessário considerar os salários pagos, as condições de trabalho e de reprodução dos trabalhadores. Tomando como referência a indústria de transformação, em 2022, aproximadamente 55,12% dos trabalhadores ganhavam até dois salários mínimos. Cerca de 79,89% dos trabalhadores desse setor recebiam até três salários, e 88,25% estavam na faixa de até quatro salários (MTE, 2023).

No setor agropecuário, 38% dos trabalhadores ganhavam até dois salários mínimos; o grupo formado por aqueles que ganhavam até três salários é de 67,84%, e de quatro salários são 82,65%. Acima de 10 salários, tem-se apenas 1,16% dos trabalhadores (MTE, 2022). Percebemos que a maior parte dos trabalhadores formais ganhava baixos salários. Frequentemente sofrem com condições de trabalho degradantes, com abusos de jornadas de trabalho e acidentes que levam à mutilação de órgãos.

Quanto às condições de reprodução da força de trabalho, vale citar que esse rápido crescimento do mercado de trabalho e da população urbana das cidades tem gerado grande especulação imobiliária, transformando a moradia em um lucrativo negócio. Com base em informações levantadas em campo e no *site* de imobiliárias, nas cidades de Lucas do Rio Verde, Sorriso e Primavera do Leste, o valor de aluguel de casas pequenas (dois quartos, uma sala e

cozinha) não fica abaixo de um salário mínimo. A média regional, inclusive, tem celebrado a alta valorização do mercado imobiliário nessas cidades¹ nos últimos anos.

Dessa forma, sustentadas por essas contradições que envolvem a alta exploração da força de trabalho, as cidades do agronegócio são os principais centros dinâmicos da economia e do espaço mato-grossense, constituindo-se em lugares a partir dos quais se organizam as condições materiais da produção agrícola regional. Parte considerável dessa capacidade organizativa se estrutura em torno da oferta de consumo produtivo agrícola, como veremos em detalhe nas próximas seções.

COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

Conforme dados do IBGE (2020a), o deslocamento para a compra de maquinário e implementos agrícolas demanda um percurso maior do que aquele para a aquisição de insumos, sendo 95 km contra 85 km. Além disso, apenas 21% das cidades do país são autossuficientes nesse quesito, contra 43,7% no caso dos insumos. Portanto, o comércio e os serviços de máquinas e implementos estão bastante concentrados no território e se tornam um indicador das centralidades que sustentam o consumo produtivo agrícola.

As cidades do agronegócio do Mato Grosso são referências nesse segmento. Assim, Sorriso (5^a), Primavera do Leste (16^a), Nova Mutum (21^a) e Lucas do Rio Verde (24^a) aparecem no *ranking* das 30 mais importantes centralidades brasileiras no âmbito da oferta de máquinas e implementos agrícolas. Nessas cidades, ocorre uma relativa especialização do maquinário conforme o produto específico, com destaque para equipamentos para a preparação da terra, plantio e colheita de soja, milho e algodão (IBGE, 2020a).

Consideramos para esta análise os estabelecimentos de comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças; manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária; e o aluguel de máquinas e

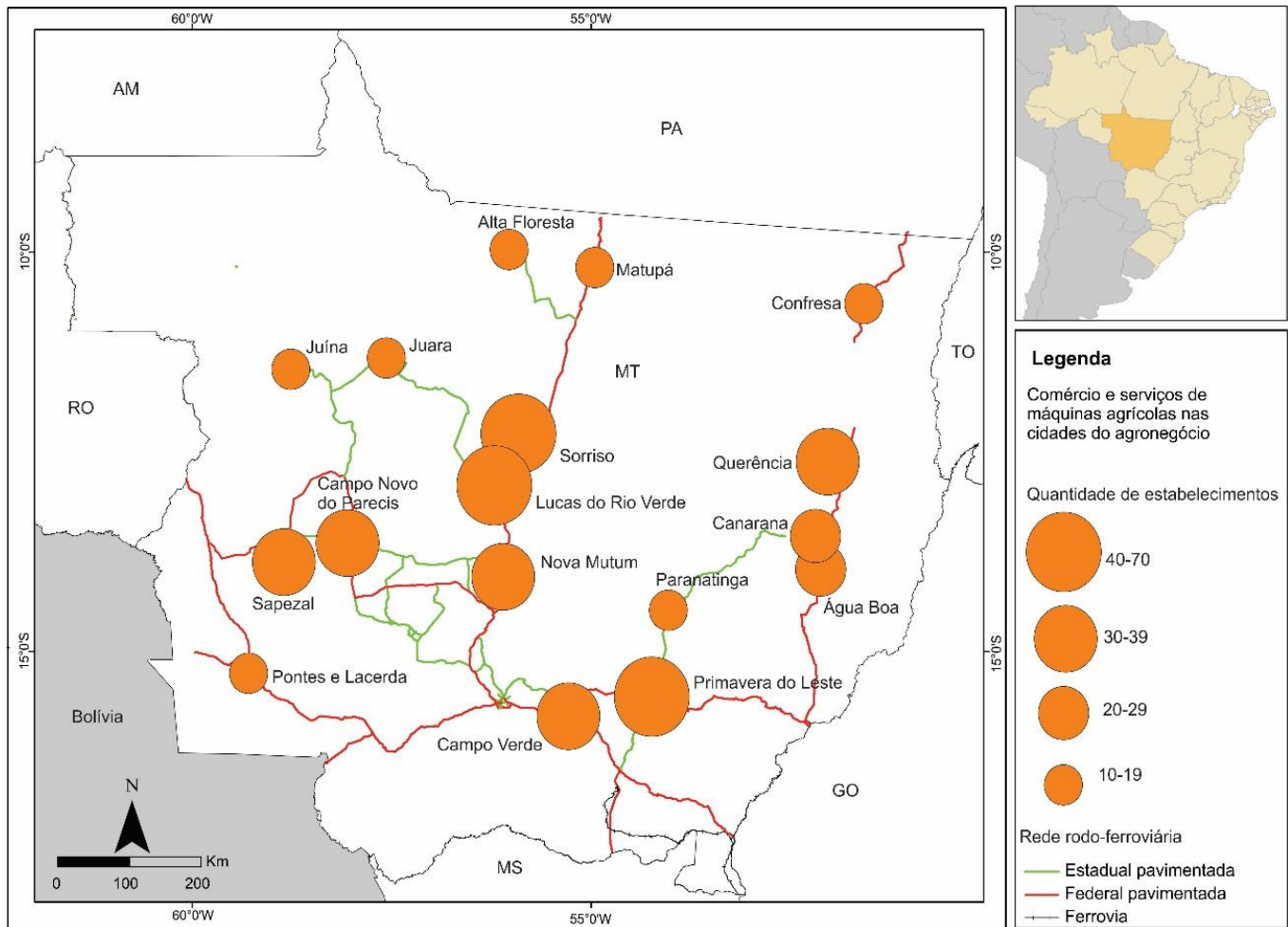
¹ Em Sorriso, por exemplo, fala-se em uma disparada dos preços em função da alta demanda por locação e da baixa disponibilidade de imóveis. Casas com aluguel de R\$ 4 mil levam apenas 10 dias para serem alugadas (Zambiancki, 2023).

equipamentos agrícolas sem operador (MTE, 2022; IBGE, 2015). As cidades do agronegócio concentram a oferta estadual, respectivamente, nos três setores, na proporção de 55,30%, 63,50% e 38,96%, o que demonstra o poderio desses centros no âmbito do consumo produtivo agrícola.

No comércio atacadista de máquinas, Primavera do Leste (35), Lucas do Rio Verde (24), Sorriso (23) e Querência (21), se destacam. As cidades com menor oferta são Paranatinga (9), Juara (8) e Pontes e Lacerda (6). Já no âmbito dos serviços de manutenção e reparação de máquinas e equipamentos, os principais centros são Primavera do Leste (24), Sapezal (23), Sorriso (21) e Campo Novo do Parecis (20). Alta Floresta (2), Paranatinga (2), Juína (1) e Confresa (1) possuem as menores quantidades de estabelecimentos nesse segmento.

As empresas de aluguel de máquinas agrícolas estão mais concentradas no território, não estando presentes em seis cidades do agronegócio e quatro delas possuem apenas um estabelecimento. Destacam-se Primavera do Leste (8) e Pontes de Lacerda (6); Canarana e Campo Verde, possuem 3 empresas cada. Uma síntese dos três indicadores pode ser conferida na Figura 2, que mostra as maiores concentrações em Sorriso, Lucas do Rio Verde e Primavera do Leste.

Figura 2. Comércio e serviços de máquinas agrícolas nas cidades do agronegócio (2022)



Fonte: MTE (2022).

O comércio de máquinas e peças agrícolas é realizado e controlado por grandes corporações internacionais. De um lado, esses produtos têm grande incorporação de ciência, técnica e informação, impondo aos produtores um conjunto de práticas agrícolas por meio de assistência técnica nas fazendas no pós-venda. De outro lado, essas empresas financiam as vendas e controlam a produção quando os grãos são usados como moeda para a aquisição de máquinas.

Esse consumo produtivo, altamente controlado por grandes corporações, corrobora a afirmação de Santos (2010, p. 44), segundo a qual “a agricultura científica, moderna e globalizada acaba por atribuir aos agricultores modernos a velha condição de servos da gleba. É atender a tais imperativos ou sair”. São máquinas que custam milhões e sofrem atualizações

constantes, demandando uma alta renda dos produtores para incorporá-las a cada safra na produção.

Na escala regional, a mediação da comercialização das máquinas se dá por concessionárias. Elas são formadas por grupos empresariais de Mato Grosso e de estados vizinhos vinculados ao agronegócio. A atuação desses grupos acontece de forma regionalizada, agrupando cidades próximas, sem um controle de todo o território estadual. É frequente também que essas concessionárias representem mais de uma grande marca, o que amplia sua influência nos espaços em que atuam.

O grupo Guimarães Agrícola, por exemplo, comercializa produtos da Massey Ferguson e atua principalmente na região central do estado, abrangendo parte da área “concentrada da soja” (Bernardes, 2006). Possui sede em Lucas do Rio Verde² e filiais em Sorriso, Tapurah, Primavera do Leste, Nova Mutum, Diamantino, Campo Verde e Paranatinga. Além da Massey Ferguson, a empresa também vende produtos das marcas Jacto, JCB e Fockink (Carpenedo, 2021).

Outro grupo concessionário é a Agritex, que comercializa a marca CASE IH, do grupo CNH Industrial. Essa empresa foi aberta em 2004 em Água Boa, onde mantém sua sede, e tem foco de atuação no vale do Araguaia. A partir de 2007, iniciou seu processo de expansão na região, com abertura de filial em Querência (2007), Gaúcha do Norte e Canarana (2012), Confresa (2013), Espigão do Leste (2014) e Barra do Garças (2023). Em 2020, a concessionária passou a comercializar a marca de peças e motores FPT Industrial, também do grupo CNH Industrial (Agritex, [ca. 2024]; Fonseca, 2020).

O grupo concessionário Jumasa é outro exemplo de atuação regionalizada no estado e que também vende a marca Massey Ferguson. Fundada em 1991 como loja de peças de tratores, transformou-se em 2005 em concessionária, tendo sua sede em Juara. Nos anos seguintes, abriu filiais no noroeste do estado, nas cidades de Juína, Alta Floresta, Porto dos Gaúchos e Tabaporã.

² A empresa surgiu em Rondonópolis em 1981, abriu uma filial em Lucas do Rio Verde em 1993. Nesse ano e no seguinte, se tornou a concessionária com maior venda da Massey Ferguson no Brasil. Em 2000, a empresa decidiu mudar sua matriz para Lucas do Rio Verde, indicando uma modificação nas regiões mais atrativas para o agronegócio no estado (Carpenedo, 2021).

Além desses centros, atende mais doze municípios na região, chegando até Colniza, Apiacás e Cotriguaçu (Jumasa [ca. 2024]).

Outras grandes corporações presentes nas cidades do agronegócio no segmento de máquinas incluem Kuhn, New Holland, John Deere, Valtra, Jacto, Fendt, MacDon, Tatu Marchesan e Stara (Trabalho de Campo; *site* das empresas). Essas empresas geram um consumo produtivo de máquinas e serviços que garantem às cidades do agronegócio mato-grossense uma oferta altamente especializada, refletida em centralidades regionalizadas e interações espaciais interescalares.

Ainda nesse âmbito do consumo produtivo agrícola, deve-se mencionar a fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, bem como peças e acessórios, exceto para a irrigação. Segundo dados da RAIS (MTE, 2022), há 31 estabelecimentos dessa natureza nas cidades do agronegócio de Mato Grosso, o que representa aproximadamente 58,49% do total estadual. Essa produção está concentrada em Primavera do Leste (9), Lucas do Rio Verde (7), Sorriso (6) e Nova Mutum (4). Com uma unidade fabril, estão Água Boa, Campo Verde, Matupá, Pontes e Lacerda e Sapezal³.

A fabricação de máquinas, equipamentos industriais e peças para a agricultura é capaz de incorporar alto valor agregado e inovação às economias dos municípios e do estado. Consoante Monteiro Neto e Silva (2021, p. 114), entre 1996 e 2015, a indústria intensiva em escala apresentou uma “expansão surpreendente” na região Centro-Oeste, com 12,4% a.a. de crescimento do Valor da Transformação Industrial (VTI), em grande medida ligada à cadeia do agronegócio.

Essa realidade indica que há potencial de industrialização fomentado pelas atividades do agronegócio, embora essa faceta ainda seja pouco desenvolvida, com baixa implicação intersetorial, capacidade de inovação e vulnerabilidade ao mercado internacional (Monteiro Neto; Silva, 2021). Desse modo, seria oportuno acionar o potencial de surgimento e densificação das redes de cidades, como as de Mato Grosso, com produção econômica significativa e um

³ Excetuando as mencionadas cidades do agronegócio, as outras unidades de fabricação de máquinas e implementos agrícolas estão localizadas nas cidades médias de Rondonópolis, Sinop, Tangará da Serra e na aglomeração metropolitana de Cuiabá-Várzea Grande.

expressivo nível de renda de seu mercado interno, para reindustrializar o país (Monteiro Neto; Silva; Severian, 2021).

Pelos dados coligados nesta seção, as cidades que apresentam maior complexidade na oferta e produção de máquinas e implementos, com relativa implicação intersetorial, são Primavera do Leste, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Sapezal, Nova Mutum, Pontes e Lacerda, Campo Verde e Água Boa. Estas estão distribuídas por todas as sub-regiões do estado, ainda que estejam concentradas, do ponto de vista territorial, no sudeste e centro-norte, e, do recorte de atividade, na produção agrícola de grãos.

COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INSUMOS AGRÍCOLAS

O comércio e os serviços de insumos agrícolas variam de acordo com a cultura produtiva que atende e reflete as especializações produtivas (Elias, 2022c). Nos espaços de pecuária, observa-se uma oferta predominante de ração, serviços veterinários e zootecnistas; enquanto na produção de grãos predominam o comércio de sementes geneticamente modificadas e os serviços de engenharia agrícola e agrônômica. Em ambas as atividades, o uso de agrotóxicos, adubos, fertilizantes e corretivos do solo é amplamente difundido. Trata-se, portanto, de um recorte analítico que nos permite verificar o grau de diversificação, integração e especialização das cidades com base nas cadeias produtivas que lideram.

No *ranking* das 30 centralidades mais importantes no fornecimento de insumos agrícolas do Brasil (IBGE, 2020a), destacam-se as cidades de Sorriso (3º), Primavera do Leste (12º), Nova Mutum (13º), Campo Verde (16º), Lucas do Rio Verde (17º), Campo Novo do Parecis (25º) e Sapezal (27º). De acordo com o IBGE (2020a), os insumos comercializados nessas cidades estão voltados sobretudo para a cultura da soja. Além disso, o estudo aponta que os deslocamentos médios no estado para a sua aquisição são de 226 km, o terceiro maior da federação, o que eleva os custos da produção e, por sua vez, a importância dos nós urbanos de oferta desses insumos.

Para a análise do comércio e serviços de insumos agrícolas, consideramos cinco setores da CNAE subclasse (MTE, 2022; IBGE, 2015): comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas; comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo;

Já no comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo, as cidades do agronegócio participam com 54,86% dos estabelecimentos estaduais. Quase metade dessas empresas, 46,44%, está localizada em apenas quatro centros, Sorriso (54), Primavera do Leste (40), Lucas do Rio Verde (31) e Campo Novo do Parecis (25). Mais uma vez, cidades vinculadas à pecuária bovina não tiveram destaque, como Juína (4), Juara (8) e Pontes e Lacerda (7). Alta Floresta e Confresa aparecem em uma posição intermediária com, respectivamente, 15 e 18 estabelecimentos.

O comércio varejista de medicamentos veterinários demonstra uma divisão territorial do trabalho agrícola que se reflete nos dados anteriores. As cidades do agronegócio representam apenas 22,18% da oferta estadual, indicando que, no âmbito da pecuária, especialmente de corte bovina, elas não desempenham um papel tão representativo quanto no fornecimento de insumos para a produção de grãos. Essa atividade é mais pulverizada, com destaque para cidades como Cuiabá (48), Várzea Grande (30), Cáceres (21) e Rondonópolis (29).

Todavia, a análise dos centros do agronegócio revela que esse tipo de comércio está concentrado em Juína (19), Sorriso (15) e Primavera do Leste (15). Com esses dados, essas duas últimas cidades demonstram que são o que poderíamos chamar de “cidades do agronegócio completas”, atendendo tanto as atividades agrícolas quanto as pecuaristas. Essas atividades estão inseridas, nesse caso, no âmbito da cadeia de carnes e grãos que se formou a partir dos anos de 1980 ao longo das BRs 364/070 e, a partir dos anos 2000, na BR-163, respectivamente, nas regiões sul e centro-norte do estado, conforme Monteiro, Soares e Matos (2021) e Felipe, Silva e Lourenço (2021).

De toda forma, o comércio de produtos veterinários demonstra maior presença nas cidades com forte ligação com a pecuária extensiva, como o grupo formado por Juína, Juara, Alta Floresta, Confresa e Pontes e Lacerda, que juntas concentram 45,97% desse tipo de atividade. Se a isso forem somados os números das “cidades do agronegócio completas”, Primavera do Leste e Sorriso, esse grupo alcança a cifra de 70,16% dos estabelecimentos de comércio de produtos veterinários entre os 17 centros estudados.

Essa perspectiva é reforçada quando se analisa o comércio atacadista de alimentos para animais, constituído pela ração. As cidades do agronegócio concentram 29,52% dos estabelecimentos desse segmento em Mato Grosso. Entre os 17 centros aqui considerados, os relacionados à pecuária de corte bovino representam 29,03%. Quando somados aos estabelecimentos de Primavera do Leste (15) e Sorriso (15), o número alcança 64,52%. Portanto, essas duas cidades são as que melhor servem insumos à cadeia de grãos e carnes no eixo das BRs 163 e 364/070, indo além de uma especialização no segmento de grãos.

Deve-se ressaltar que “as indústrias de ração” focam “a maior parte da produção na bovinocultura, tendo em vista que a suinocultura e a avicultura comerciais de grande e média escalas” produzem “nas granjas integradas ou comerciais isoladas a própria ração” (Monteiro; Soares; Matos, 2021, p. 147). No entanto, muitas fábricas, mesmo focando no segmento da bovinocultura, não deixam de produzir de maneira complementar para a avicultura, suinocultura e piscicultura, atendendo geralmente consumidores específicos (Monteiro; Soares; Matos, 2021).

Outra variável importante que envolve os insumos se refere aos serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias. Conquanto essa atividade se encontre relativamente dispersa pelo território, as cidades do agronegócio conseguem concentrar 40,65% da oferta estadual. Primavera do Leste (13), Sorriso (13), Querência (9), Canarana (8), Campo Verde (7), Juara (7) e Juína (7) são os principais fornecedores desse tipo de serviço.

Assim como o consumo produtivo de máquinas, o mercado de insumos é comandado por grandes corporações internacionais. A Syngenta, por exemplo, ampliou sua presença na região, adquirindo em 2021 o grupo Dipagro, empresa de insumos agrícolas fundada em Lucas do Rio Verde em 2006 (Syngenta [...], 2021). A empresa possui lojas em dez das cidades do agronegócio, especialmente nas localizadas ao longo da rodovia BR-163, no centro-oeste e sudeste do estado, oferecendo um extenso portfólio de agrotóxicos, fertilizantes e sementes para as culturas de milho, soja, café e feijão (Dipagro, [ca. 2024]).

Outro grupo importante é o Sinova, presente em dez estados brasileiros e controlado pela Bunge (33,33%) e pela UPL (38,96%), respectivamente, duas grandes corporações dos Estados Unidos e da Índia. A bandeira Sinova está presente em 13 das cidades do agronegócio (Sinova,

[ca. 2024]). Além dos diversos insumos e consultorias comercializados, o *site* da empresa anuncia que o grupo pratica a modalidade *barter*, na qual os seus produtos são trocados pelas *comodities* dos produtores rurais.

Um terceiro exemplo é a Lavoro, considerada a maior distribuidora de insumos agrícolas da América Latina, com sede em São Paulo e ampla presença em Mato Grosso. A Lavoro tem lojas em 15 das 17 cidades do agronegócio, não tendo estabelecimentos apenas em Sapezal e Juína. Com amplo portfólio de agrotóxicos, sementes e fertilizantes, a empresa comercializa produtos de grandes marcas, como Bayer, UPL, Corteva, Dow Agrosiences, FMC, Roullier, LDC, Mosaic e HELM (Lavoro, [ca. 2024]).

A PRODUÇÃO DE INSUMOS NAS CIDADES DO AGRONEGÓCIO

Uma parcela dos insumos mencionados na seção anterior é produzida nas próprias cidades do agronegócio, que são os principais centros produtivos do estado nesse segmento. Um pouco mais da metade, 51,52%, da produção estadual de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto, está concentrada nesses centros. Sorriso (6), Campo Verde (4), Primavera do Leste (3), Sapezal (2) e Lucas do Rio Verde (2) são as cidades que possuem fábricas de sementes (MTE, 2022).

Em relação à produção de sementes certificadas de forrageiras para a formação de pasto, associada à pecuária bovina, 44,00% das unidades produtivas de Mato Grosso estão localizadas nas cidades do agronegócio, sendo elas Primavera do Leste (7), Campo Verde (2), Nova Mutum (1) e Paranatinga (1) (MTE, 2022). Esse dado reforça a força dessas cidades, especialmente a primeira, que, mesmo não tendo a pecuária como seu principal produto, concentra parte fundamental das técnicas que permitem sua produção e produtividade. Por sua vez, indica a fragilidade de gestão dos centros pecuaristas, que não possuem fábricas de semente.

Na fabricação de adubos e fertilizantes, as cidades do agronegócio representaram 36,36% da produção regional em 2022, destacando-se principalmente em Sorriso (8), Lucas do Rio Verde (4) e Campo Novo do Parecis (3) (MTE, 2022). Esse segmento é polarizado pela cidade média de Rondonópolis, maior centro produtor no estado, que concentra sozinha 40,00% da

produção. Em Rondonópolis, estão localizadas as fábricas da Fertipar, Yara Brasil, Ranking Adubo Foliar, Fertimig, Mosaic, Iterum e Botuverá (Trabalho de Campo, 2023).

A produção de ração para alimentação de animais está amplamente pulverizada no estado. Em 2022, as cidades do agronegócio participaram apenas com 30,23% dos estabelecimentos, mas apresentaram profundas diferenciações. Primavera do Leste (15), Pontes e Lacerda (7), Sorriso (5), Alta Floresta (5) e Juína (4) são os principais centros produtores. As cidades pecuaristas participaram com 34,62%, e, ao somar os números de Primavera e Sorriso, esse total sobe para 73,08% (MTE, 2022).

Essa produção de sementes, fertilizantes e ração é realizada, em boa medida, por grandes grupos econômicos, nacionais e internacionais, acompanhada de pesados investimentos em pesquisa e inovação. A Mosaic, produtora de fertilizantes sediada na Flórida, possui fábrica em Sorriso, inaugurada em 2004 e ampliada em 2015, com capacidade de produção de 700 mil toneladas por ano, em uma área construída de 23.058 m² (Mosaic, 2015). Em Lucas do Rio Verde, encontra-se uma fábrica da SL Process, sediada em Florianópolis e com atuação na América Latina (SL Process [ca. 2024]).

A Bayer possui um centro de pesquisa em Sorriso, inaugurado em 2003⁴ e voltado para o desenvolvimento de sementes híbridas de milho e variedades de soja. Esse é um centro estratégico de pesquisa e desenvolvimento na América Latina, tendo capacidade de analisar meio milhão de plantas de soja por ano e testar 25 mil potenciais linhagens em estágio inicial de pesquisa. Em milho, são polinizadas mais de 75 mil plantas por ano. Em Campo Verde, a empresa possui uma unidade industrial voltada para a produção de sementes de milho (Bayer [...], 2023).

A Syngenta, desde 2011, possui um centro de pesquisa e desenvolvimento em Lucas do Rio Verde, focado no melhoramento genético de sementes de soja e milho, com uma área de 400 hectares para a realização de experimentos (Syngenta, [ca. 2024]). Na mesma cidade, a BASF inaugurou em 2013 um Centro Experimental Avançado (CEA) em parceria com a Fundação Rio

⁴ Foi inaugurado sob a bandeira da Monsanto, que foi comprada pela Bayer em 2018 (Monsanto [...], 2003; Pina, 2018).

Verde. Esse centro realiza pesquisas sobre a eficácia biológica e a fitotoxicidade de agroquímicos para o controle de doenças, plantas e pragas nas culturas da região (BASF [...], 2013).

A BASF também inaugurou em 2023, na cidade de Primavera do Leste, um laboratório de sementes de algodão, com capacidade de análise de 500 sacas de sementes por safra. Em 2024, a empresa anunciou a intenção de expandir as análises para as sementes de soja (Novos [...], 2023). A Dow AgroSciences implantou em 2014, em Sorriso, um centro de pesquisa em melhoramento e conversão de *traits*, o primeiro da empresa fora dos Estados Unidos. As melhorias genéticas são voltadas para as culturas de soja, braquiária, sorgo e milho (Dow [...], 2014).

A multinacional francesa Bureau Veritas, responsável pela análise de 65% da produção de algodão do país, tem se expandido nas cidades do agronegócio de Mato Grosso. Inaugurou laboratórios em Campo Novo do Parecis (2020) e em Lucas do Rio Verde (2023). A empresa também está presente em Sorriso e Sapezal. Nesse último, possui o maior centro de análise de algodão da América Latina, com capacidade de inspeção de 2,8 milhões de amostras por safra (Responsável [...], 2014).

Com base nos dados coligidos nas últimas duas seções, podemos afirmar que as cidades com maior complexidade na oferta e produção de insumos agrícolas, com relativa implicação intersetorial, são Primavera do Leste, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Campo Novo do Parecis, Nova Mutum, Pontes e Lacerda, Campo Verde, Alta Floresta, Confresa e Juína. Comparadas com o consumo e produção de máquinas, essas cidades se destacam na região central e sudeste. Entretanto, no oeste e no leste, aparecem outros centros, indicando uma diferenciação de papéis nas periferias e confirmando a figura da cidade do agronegócio completa no centro-sudeste de Mato Grosso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades do agronegócio, por meio do consumo produtivo agrícola, são os principais centros que dão suporte material à produção de grãos e carnes no Mato Grosso. Nelas, encontra-se uma oferta diversificada e, ao mesmo tempo, altamente especializada de máquinas,

aparelhos, equipamentos, peças, serviços de manutenção, consultorias, rações, adubos, fertilizantes, corretivos de solo, sementes modificadas geneticamente e agrotóxicos.

Parte significativa dos bens e serviços agrícolas comercializados no Mato Grosso tem seu lócus de produção nas cidades do agronegócio. Elas abrigam centros de pesquisas e inovação, plantas industriais de adubos e fertilizantes, bem como incipientes unidades de produção de equipamentos agrícolas, fomentando o crescimento do setor metalúrgico. Essas atividades têm aberto possibilidades de industrialização dos municípios nos quais se instalam, mas ainda apresentam implicações intersetoriais rudimentares.

A oferta desses bens, serviços e de suas unidades produtivas é comanda pelas grandes corporações multinacionais, que utilizam os territórios das cidades do agronegócio (e seus municípios) como verdadeiros laboratórios de experimentação na periferia do capitalismo mundial. É a partir desses lugares que se testam produtos, máquinas, sementes e novos modos de organização da produção, que subordinam os produtores regionais aos ditames de interesses internacionais.

No entanto, as cidades do agronegócio em Mato Grosso não são homogêneas. Elas se diferenciam em cidades relacionadas à pecuária de corte bovina, cidades dedicadas à produção de grãos e aquelas que podemos chamar de cidades do agronegócio completas, como Sorriso, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Primavera do Leste. Essas últimas atendem a múltiplas cadeias produtivas, como soja, milho, algodão, bovinocultura, suinocultura e avicultura. Entre elas, predominam relações de competição. Nas periferias do estado, região leste e oeste, as cidades ainda estão mais especializadas, estabelecendo relações de complementariedade.

REFERÊNCIAS

- AGRITEX. **Sobre**. [S. l.]: [ca. 2024]. Disponível em: <https://agritex.com.br/>. Acesso em: 3 dez. 2023.
- AZEVEDO, D. **A rede urbana mato-grossense: intervenções políticas e econômicas, ações de planejamento e configurações espaciais**. 305 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BAYER realiza encontro para discutir avanços nas culturas de milho e de soja em Sorriso (MT). **Informações à imprensa Bayer**. São Paulo: 2023. Disponível em: <https://www.agro.bayer.com.br/nossa-bayer/release-bayer-sorriso>. Acesso em: 8 jun. 2024.
- BASF inaugura centro de estudos em Mato Grosso. **Agrolink**. [s. l.]: 2013. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/noticias/basf-inaugura-centro-de-estudos-em-mato-grosso_166583.html. Acesso em: 08 jun. 2024.
- BECKER, B. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.
- BERNARDES, J. A. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR 163 mato-grossense. In: BERNARDES, J. A.; FREIRE FILHO, O. L.; (org.). **Geografias da Soja: BR 163 - Fronteiras em Mutação**. Rio de Janeiro: Archimedes Edições, 2006. p. 13-37.
- BOAVENTURA, D. M.; ARAUJO, F. A. O. M. Municípios do agronegócio no estado de Mato Grosso: efeitos e defeitos da atividade da moderna agricultura. **Revista Geográfica Acadêmica**, v. 4, p. 100, 2020. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/rga/article/view/6744>. Acesso em: 3 dez. 2023.
- BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BRASIL. **Matriz de Dados do Crédito Rural - Crédito Concedido**. Banco Central, Brasília, 2025.
- CARPENEDO, V. T. F. **Guimarães 40 anos: determinação e fé**. Lucas do Rio Verde: RDC Editora, 2021.
- CARMO, B. A.; ALVES, V. E. L. A expansão da fronteira agrícola no norte do estado de Mato Grosso e o surgimento das cidades “plantadas”: Sinop (MT), uma cidade do agronegócio? **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 27, n. 2, p. 1-25, 2024.

CORRÊA, R. L. Cidades médias e rede urbana. *In*: SILVA, W. R.; SPOSITO, M. E. B. (org.). **Perspectivas da urbanização**: reestruturação urbana e das cidades. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 29-38.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. *In*: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.

DENTZ, E. V. **Dinâmica espacial da acumulação de capital do agronegócio**: o caso do Mato Grosso. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2018.

DIPAGRO. **Lojas**. [S. l.]: [ca. 2024]. Disponível em: <https://dipagro.com.br/>. Acesso em: 3 dez. 2023.

DOW AgroSciences inaugura novo Centro de Pesquisa em Melhoramento e Conversão de Traits no município de Sorriso (MT). **Revista Cultivar**, [S. l.], 2014. Disponível em: <https://revistacultivar.com.br/home>. Acesso em: 3 dez. 2023.

ELIAS, D. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta Nova** Barcelona, v. 10, p. 59-81, 2006a. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-03.htm>. Acesso em: 3 dez. 2023.

ELIAS, D. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. *In*: SPOSITO, E. SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (org.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006b. p. 279-303.

ELIAS, D. Reestruturação produtiva da agropecuária e urbanização dispersa no Brasil. *In*: SANFELIU, C. B.; SPOSITO, M. E. B. (org.). **Las ciudades medias o intermedias em um mundo globalizado**. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2009. p. 87-105.

ELIAS, D. Agronegócio e Novas Regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, p. 153-170, 2011.

ELIAS, D. Consumo produtivo em Regiões do Agronegócio do Brasil. *In*: BELLET, C.; MELAZZO, E. S.; SPOSITO, M. E.; LLOP, J. M. (org.). **Urbanización, producción y consumo en ciudades medias/intermedias**. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015a. p. 241-265.

ELIAS, D. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas regionalizações no Brasil. *In*: ALVES, V. E. L. (org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015b. p. 25-44.

ELIAS, D. A cidade e o campo: ambiente e sociedade. *In*: SPOSITO, E.; SILVA, C. A.; SANT'ANNA NETO, J.; MELAZZO, E. S. (org.). **A diversidade da Geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2016a. p. 211-232.

ELIAS, D. Agronegócio e reestruturação urbana e regional no Brasil. *In*: BÜHLER, E. A.; GUIBERT, M.; OLIVEIRA, V. L. (org.). **Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016b. p. 63-82.

ELIAS, D. Agronegócio globalizado: do campo à metrópole. *In*: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. (org.). **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017a. p. 487-509.

ELIAS, D. Construindo a noção de região produtiva do agronegócio. *In*: OLIVEIRA, H. C. M.; CALIXTO, M. J. M. S.; SOARES, B. R. (org.). **Cidades médias e região**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017b. p. 19-56.

ELIAS, D. Agronegócio globalizado e (re)estruturação urbano-regional. *In*: XVII ENANPUR, 2017, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ANPUR, 2017c. p. 1-16.

ELIAS, D. **Globalização e Agricultura**. São Paulo: EDUSP, 2018.

ELIAS, D. A região metropolitana como recorte espacial para estudos sobre o agronegócio: questões de método e metodologia. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 40, p. 1-28, 2020.

ELIAS, D. Agronegócio globalizado, uso corporativo do território, pobreza e desigualdades socioespaciais no Brasil. *In*: ARROYO, M.; SILVA, A. M. B. (Org.). **Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos**. São Paulo: FFLCH/USP, 2022a. p. 113-135.

ELIAS, D. Consumo produtivo e urbanização no Brasil: as cidades do agronegócio. **Ciência geográfica**, v. 26, p. 1003-1019, 2022b. Disponível em:

<https://www.ppg.revistas.uema.br/index.php/cienciageografica/article/view/2929>. Acesso em: 3 dez. 2023.

ELIAS, D. Pensando a operacionalização de estudos sobre cidades do agronegócio. **Tamoios**, [S. l.], v. 18, p. 144-164, 2022c.

ELIAS, D.; PEQUENO, L. R. B. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (ANPUR), v. 9, p. 25-39, 2007.

FARIA S. N.; CARMO, A. B.; CARMO, A. B. J.; FARIA, S. E. Dinâmicas sócio-espaciais das cidades médias e do agronegócio no norte do estado de Mato Grosso: o caso de Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum. **Revista Georaguaia**, 2023 (v. especial), 1-24. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/15473>. Acesso em: 3 jan. 2024.

FIORAVANTI, L. M. **Do agronegócio à cidade como negócio**: a urbanização de uma cidade mato-grossense sob a perspectiva da produção do espaço. 343 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FONSECA, R. FPT Industrial e Agritex levam soluções em energia ao Dinetec 2020. **Revista Cultivar**, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://revistacultivar.com.br/noticias/fpt-industrial-e-agritex-levam-solucoes-em-energia-ao-dinetec-2020>. Acesso em: 3 dez. 2023.

FREDERICO, S. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, p. 5-23, 2011. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/1933>. Acesso em: 03 dez. 2023.

GABRIG, I. P. A. O processo da produção e os agentes modeladores das cidades do agronegócio. In: BERNARDES, J. A.; BUHLER, È. A.; COSTA, M. V. V. (org.). **As novas fronteiras do agronegócio**: transformações territoriais em Mato Grosso. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016. p. 101-121.

IBGE. **A legislação municipal, municípios vigentes-2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 5 fev. 2014.

IBGE. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.2**. Rio de Janeiro, 2015.

IBGE. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022c.

- IBGE. **Fluxos agropecuários por produto e município**. REGIC. IBGE: Rio de Janeiro, 2020b.
- IBGE. **Pesquisa da pecuária municipal**. IBGE: Rio de Janeiro, 2022a.
- IBGE. **Produção agrícola municipal**. IBGE: Rio de Janeiro, 2022b.
- IBGE. **Produto Interno Bruto Municipal**. IBGE: Rio de Janeiro, 2023.
- IPEADATA. **População**. Brasília, [ca. 2024]. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 13 fev. 2024.
- IBGE. **Regiões de influência das cidades-2018**. REGIC. IBGE: Rio de Janeiro, 2020a.
- JUMASA. **A Jumasa**. [S. l.]: [ca. 2024]. Disponível em: <https://jumasa.com.br/>. Acesso em: 3 dez. 2023.
- LAVORO. **Sobre nós**. [S. l.]: [ca. 2024]. Disponível em: <https://www.lavoroagro.com/>. Acesso em: 3 dez. 2023.
- MONTEIRO NETO, A; SILVA, R. O. Desconcentração territorial e reestruturação regressiva da indústria no Brasil: padrões e ritmos. *In*: MONTEIRO NETO, A. (Org.). **Brasil, Brasis: reconfigurações territoriais da indústria no século XXI**. Brasília: IPEA, 2021. p. 69-152.
- MONTEIRO NETO, A; SILVA, R. O; SEVERIAN, D. O território das atividades industriais no Brasil: a força das economias de aglomeração e urbanização. *In*: MONTEIRO NETO, A. (org.). **Brasil, Brasis: reconfigurações territoriais da indústria no século XXI**. Brasília: IPEA, 2021. p. 255-314.
- MOSAIC duplica sua unidade em Sorriso. **GlobalFert**, 2015, [S. l.]. Disponível em: <https://globalfert.com.br/noticias/producao/mosaic-duplica-sua-unidade-em-sorriso/>. Acesso em: 19 abr. 2024.
- MONSANTO inaugura estação de pesquisa em Sorriso (MT). **Agrolink**. [S. l.]: 2003. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/noticias/monsanto-inaugura-estacao-de-pesquisa-em-sorriso--mt-_7793.html. Acesso em: 8 jun. 2024.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília: MTE, 2002.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília: MTE, 2022.

- NOVOS investimentos no Brasil impulsionam oferta de Soluções para Agricultura da BASF. **Informações a imprensa BASF**, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://agriculture.basf.com/br/pt/informacoes-a-imprensa.html>. Acesso em: 3 dez. 2023.
- PINA, R. Bayer compra Monsanto e tenta apagar história manchada da empresa. **Brasil de Fato**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/06/06/bayer-compra-monsanto-e-tenta-apagar-historia-manchada-da-empresa>. Acesso em: 3 dez. 2023.
- RESPONSÁVEL pela análise de 65% da produção de algodão do Brasil, grupo Bureau Veritas inaugura quarto laboratório no país. **Notícias**, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.bureauveritas.com.br/pt-br/newsroom>. Acesso em: 3 dez. 2023.
- SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- SINOVA. **Quem somos**. [S. l.]: [ca. 2024]. Disponível em: <https://www.gruposinova.com.br/>. Acesso em: 3 dez. 2023.
- SINFRA – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística do Mato Grosso. **Mapa Rodoviário 2002, 2009, 2013, 2020, 2021 e 2023**. SINFRA: Cuiabá, 2023.
- SODRÉ, R. Cidades pequenas do Tocantins: centralidades e interações espaciais na rede urbana. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 23, n. 90, p. 317-334, 2022.
- SODRÉ, R. O agronegócio e a redefinição do segmento de rede urbana mato-grossense. **Revista Geotemas**, Pau dos Ferros, v. 13, n. 1, p. 1-22, 2023.
- SL PROCESS. **Quem somos**. [S. l.]: [ca. 2024]. Disponível em: <https://slprocess.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 8 jun. 2024.
- SYNGENTA adquire Dipagro. **Institucional**. [S. l.]: 2021. Disponível em: <https://www.syngenta.com.br/press-release/institucional/syngenta-adquire-dipagro>. Acesso em: 8 jun. 2024.
- SYNGENTA. **Unidades**. [S. l.]: [ca. 2024]. Disponível em: <https://www.syngenta.com.br/unidades>. Acesso em: 8 jun. 2024.
- SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R.; MAIA, D. S.; GOMES, E. T. A. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. *In*: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-67.

ZAMBIANCKI, H. Mercado imobiliário de Sorriso-MT dispara impulsionado pela alta procura por locações. **Cenário MT**, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.cenariomt.com.br/economia/mercado-imobiliario-em-sorriso-mt-dispara-impulsionado-pela-alta-procura-por-locacoes/>. Ac